



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

TCDF aprova, com ressalvas, as contas do GDF de 2023

Tribunal de Contas considerou a prestação de contas do GDF apta à aprovação. Mas com 27 ressalvas, 25 determinações e 4 recomendações

Em sessão especial, que contou com a presença de diversas autoridades, os conselheiros do Tribunal de Contas do DF acolheram – por maioria – o voto do conselheiro André Clemente, relator que fez a análise das Contas do Governo do Distrito Federal relativos ao ano de 2023.

Ao todo, o TCDF apontou 27 ressalvas, fez 25 determinações e 4 recomendações relacionadas às contas do primeiro ano do segundo mandato do governador Ibaneis Rocha (MDB) e do período em que a vice-governadora do DF, Celina Leão (PP), esteve à frente do Executivo como interina (de 9 de janeiro a 15 de março de 2023).

Entre as ressalvas feitas pela Corte, destacam-se: a recorrente realização de despesas sem cobertura contratual; a ausência de sistema com informações sobre o andamento das obras públicas; falta de transparência relativa às Parcerias Público Privadas (PPPs); falhas na implementação da Política de Atenção Primária à Saúde e má gestão na oferta de exames de endoscopia pela rede pública; falhas na implementação do Plano Distrital de Educação; necessidade de aprimoramento nas ações de proteção animal;

lacunas no gerenciamento dos resíduos sólidos, em especial nos relativos à construção civil; deficiências no planejamento, implementação e avaliação das políticas voltadas às mulheres.

As determinações são no sentido de que o Governo do Distrito Federal adote as medidas necessárias para solucionar as ressalvas apontadas no Relatório Analítico e Parecer Prévio (RAPP) das Contas do Governo relativas ao exercício de 2023.

Posteriormente, o documento será encaminhado à Câmara Legislativa do DF, responsável pelo julgamento definitivo das contas.

As principais determinações

As determinações da Corte de Contas quanto à execução do orçamento do Distrito Federal e análise das contas do exercício de 2023 focaram no aprimoramento do planejamento governamental com previsões, metas e indicadores mais próximos da realidade; no aumento da transparência na divulgação de informações de renúncias, benefícios fiscais e andamento das obras públicas; e na diminuição dos gastos sem cobertura contratual.

A Corte ainda determinou

o aprimoramento das cobranças da dívida ativa, que corresponde ao montante que o governo tem a receber, como, por exemplo, os impostos não recolhidos dentro do prazo. O Tribunal também apontou a necessidade de correções das divergências existentes no valor da dívida de precatórios, entre outras.

Por fim, deliberou sobre uma série de medidas para melhorar a implementação e gestão de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, cultura, assistência social, mulheres, proteção animal e meio ambiente.

Conheça as principais ressalvas:

■ Gastos sem cobertura contratual

Em 2023, os gastos sem cobertura contratual totalizaram R\$ 145,4 milhões e se concentraram nas Secretarias de Saúde (R\$ 76,5 milhões) e de Educação (R\$ 36,3 milhões). Apesar da redução de 52,3% em relação ao montante apurado em 2022, os gastos com serviços e fornecedores sem que houvesse contrato válido e vigente para amparar esses pagamentos, levou o TCDF a enviar um alerta ao governador Ibaneis Rocha (Decisão nº 1634/24). A redução



Cepi Orquídea do Cerrado, em Ceilândia, é uma das 13 creches inauguradas pelo GDF este ano

decorreu, principalmente, da regularização de serviços de vigilância e limpeza.

■ Obras públicas

As obras públicas destacaram-se como uma das prioridades do Governo do DF em 2023. Foram executadas 441 obras públicas, das quais mais da metade (249) foram concluídas, 172 estavam em andamento, e 20 encontravam-se suspensas ou paralisadas. Do total de obras executadas, 46,9% foram classificadas no eixo Mobilidade, como a construção de viadutos e melhorias em rodovias.

Apesar dos avanços no volume de investimentos e no número de execuções, o monitoramento, como o acompanhamento pelo sistema Infobras (Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas do GDF) se mostrou deficiente. Por esse motivo, o Tribunal determinou que a Secretaria Estado de Governo (Segov/DF) apresentasse dados detalhados para melhorar a transparência e a gestão das obras, bem como aprimorasse os sistemas de gestão de obras (Decisão nº 5319/23).

■ Parcerias Público-Privadas (PPPs)

No que diz respeito às Parcerias Público Privadas (PPPs), o Tribunal reiterou a necessidade de melhorar a transparência e publicação das informações relacionadas às PPPs já contratadas e àquelas que ainda serão contratadas no âmbito local. Segundo demonstrativo de PPPs elaborado pelo TCDF, com informações disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2023 e

2024), havia duas PPPs em andamento no exercício de 2023 e nove a serem contratadas.

■ Saúde pública

Auditorias operacionais realizadas pelo TCDF nos serviços de saúde identificaram falta de cobertura, ineficiência na gestão e integração dos serviços, nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), além de problemas de infraestrutura. A Corte ainda identificou fila de espera com mais de 21.500 pacientes para realização de exames de endoscopia e colonoscopia na rede pública de saúde. As fiscalizações revelam que apesar do grande volume de recursos destinados, há falhas na implementação das políticas públicas e na oferta de serviços à população, o que compromete a eficiência e qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

■ Educação

Nas fiscalizações para verificar a implementação do Plano Distrital de Educação, a Corte de Contas identificou irregularidades, como falhas nos programas para a correção do déficit de aprendizagem e má gestão na distribuição de vagas. A auditoria também constatou falta de segurança e de estrutura adequada, como ausência de refeitórios, além de irregularidades em áreas de recreação e falta de acessibilidade nas escolas da rede pública do DF.

■ Proteção animal

Em 2023, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF (SEMA/DF) realizou 14 mil castrações de cães e gatos e mais de 400 mil procedimen-

tos veterinários gratuitos. Por outro lado, uma auditoria do TCDF para avaliar o bem-estar dos animais do Zoológico de Brasília constatou a necessidade de melhorias urgentes nas instalações, especialmente no hospital veterinário e nos recintos onde as espécies são alojadas. A corte ainda apontou a necessidade urgente de investimentos na estrutura física de diversas instalações e equipamentos públicos destinados ao alojamento e cuidados dos animais, bem como o aprimoramento na alocação de recursos para essa área.

■ Meio ambiente

No que tange ao meio ambiente, a Corte de Contas reiterou a necessidade de melhorias no gerenciamento de resíduos sólidos, em especial os relativos à construção civil. Fiscalizações realizadas pelo TCDF revelaram deficiências na gestão e na fiscalização dos resíduos domiciliares e da construção civil, evidenciando a necessidade de ações mais eficazes e ambientalmente adequadas.

■ Proteção à mulher

A Corte de Contas também fez ressalvas quanto à implementação e avaliação das políticas voltadas ao público feminino em diversas áreas. Uma auditoria do TCDF para avaliar a implementação do Plano Distrital de Políticas para Mulheres apontou para a necessidade de um adequado planejamento das políticas voltadas às mulheres em áreas como segurança, saúde, emprego e renda.

Ibaneis 'doa' estacionamento público ao STF e irrita a Câmara Federal

Há uma semana, os servidores e o público que frequenta a Câmara dos Deputados se depara com um estacionamento - até então público - que foi fechado, sem aviso prévio. Ele tem 271 vagas e fica situado numa área pública, entre o prédio principal do Supremo Tribunal Federal e os anexos I e II da Câmara dos Deputados.

Mas, por que ele está fechado?

As respostas vão desde "O Ibaneis doou para o Supremo", passando por "O governador privatizou", até "O governador mandou fechar". Mas ninguém explica nada.

"Brasilianas" questionou o

gabinete do governador Ibaneis Rocha (MDB) e não obteve nenhuma resposta. Questionou a Administração Regional do Plano Piloto, que disse não ter nada com a história, porque não tem gestão sobre a Praça dos Três Poderes.

Esta coluna questionou a Assessoria de Imprensa da Câmara dos Deputados, que não se posicionou, por não ter o que falar. Questionou também a Assessoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal, que afirmou não ter nenhuma resposta. O Iphan foi questionado, também, e disse que não tem informações sobre o acontecido.



A área (até então pública) que está fechada é esta, ao lado do STF, na Praça dos Três Poderes

O que se sabe, até este momento, é que somente veículos e pessoas autorizados pelo STF podem acessar o espaço (reitero, até então público). Quem contou um pouco do que é foi o vigia, que está encarregado de barrar os usuários do espaço: "O Supremo pediu e o governador deu a ordem", explicou.

Nos corredores da Câmara, já se levantou até mesmo a constitucionalidade da medida, uma vez que a área (até onde se sabe) é pú-

blica. "Onde está o Ministério Público, que não vê essa barbaridade contra o PPCUB?", afirmou um servidor da Câmara, ouvido por esta coluna, citando as regras do tombamento de Brasília.

Outros alegaram que a decisão está relacionada ao recente ataque à bomba ao prédio do STF, no último 14 de novembro, quando um desequilibrado mental se imolou após espalhar explosivos por toda a área.

Um dos potenciais prejudica-

dos por essa decisão (não discutida com ninguém) é a Casa de Chá, administrada pelo Senac-DF, que agora passa a não dispor de nenhum estacionamento possível na Praça dos Três Poderes. Provavelmente, sentirá os impactos dessa restrição.

Além do bloqueio das vagas, a irritação dos usuários se torna ainda maior porque foi fechada a única saída da via S-2 para a Praça dos Três Poderes, o que dá um nó no trânsito da região. Não se conhece nenhum estudo sobre o impacto (negativo) com essa interdição do fluxo de trânsito.

Uma possível explicação foi dada pelo próprio Ibaneis Rocha, quando no último dia 27 compareceu ao Supremo Tribunal Federal para assinar o termo que autoriza a licitação de projetos para construção de um estacionamento subterrâneo no STF. A previsão é que o espaço tenha 600 vagas para veículos, das quais 500 serão reservadas para o efetivo do tribunal.

Sem citar o atual espaço (público), o governador afirmou: "Eu, que sou advogado de formação, sei a dificuldade que é para conseguir vagas nesse lugar. Então, teremos que atuar de forma conjunta para melhorar esses acessos e dar mais segurança para as pessoas, em parceria com o Governo Federal, para iluminar melhor essa região, trazendo mais segurança para os servidores, para os advogados, e para todos que circulam aqui e que muitas vezes precisam sair num horário mais avançado por conta do trabalho."

Dessa fala, depreende-se que foi mesmo o governador quem mandou fechar. Ele só não teve a gentileza de perguntar à Câmara dos Deputados o que achava dessa medida. Nem ao público, que usa(va) o espaço - público, reitero. Mas, ele poderia fazer isso? "Brasilianas" continua aguardando alguma explicação de alguém...

Falhas no Ulysses Guimarães

Tribunal aponta problemas na gestão da concessão do Centro de Convenções

Por Thamiris de Azevedo

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), resultou em relatório que aponta falhas na gestão administrativa do contrato de concessão, pela Secretaria de Estado de Turismo do DF (SETUR/DF), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCGU). O contrato de concessão foi firmado entre o Governo do Distrito Federal e a empresa Capital DF, em 2018.

Segundo o TCDF, a concessão tem validade de 25 anos com valor total de R\$ 37,4 milhões,

com cláusulas de investimentos obrigatórios e pagamentos anuais, sendo R\$ 12 milhões em investimentos obrigatórios nos primeiros dois anos; R\$ 3,8 milhões pagos como parcela fixa no ato da assinatura do contrato e R\$ 2,6 milhões anuais como pagamento mínimo pela outorga, a partir do terceiro ano do contrato.

Ocorre que, a auditoria constatou que a Setur não realizou as vistorias necessárias, desde a assinatura do contrato, há seis anos. Além disso, o documento indicou demora nos investimentos obrigatórios de R\$ 12 milhões em desacordo com o cronograma.



Tribunal aponta falhas na gestão do centro

Já na estrutura, os dados apontam percentual de 75% dos vidros trincados, rachaduras em 31% das paredes, ausência de um

sistema de câmeras de segurança no local e falta de acessibilidade. Segundo defesa da empresa no relatório, os problemas estrutu-

rais já estão sendo reparados.

Ainda, o tribunal disse ter apresentado uma lista de documentos à Setur reforçando a necessidade de cumprir com o previsto na auditoria, e que os fiscais do contrato não responderam. A auditoria confirmou que as demandas da contratada não foram cumpridas, considerando que a concessionária cumpre parcialmente com o contrato e as ações da Setur são insuficientes.

O Tribunal emitiu uma série de determinações para a Setur, a serem cumpridas em até 120 dias, incluindo a determinação de relatórios, obras e reajustes no

contrato com a Capital DF para calcular o Índice de Desempenho da concessionária.

Além disso, o órgão recomendou ao GDF a troca da gestão para outra Secretaria

A reportagem entrou em contato com a Setur, que afirmou ter criado grupo de trabalho para cumprir as determinações.

"Foi constituída uma comissão composta por servidores, um deles com formação em engenharia, especificamente para cuidar com expertise do contrato. Além disso, os técnicos da Setur têm buscado soluções para concluir o processo."